



CARREIRA DOCENTE, CARÊNCIAS DOCENTES E A PREVISÍVEL INSUFICIÊNCIA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Hustana Maria Vargas
Universidade Federal Fluminense
hustanavargas@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca contribuir para o aprofundamento da problemática da escassez de professores de Matemática, enfatizando dois aspectos: a formação de professores na perspectiva do perfil socioeconômico dos estudantes que buscam esse curso e a questão da carreira. Para tanto, procedeu-se a uma caracterização socioeconômica dos estudantes de Matemática, por meio de dados nacionais obtidos do MEC/INEP e institucionais obtidos de uma instituição federal de ensino superior. Em seguida, discute o fenômeno da profissionalização e da hierarquia de carreiras em nosso país. Finalmente, converge essas discussões para uma reflexão sobre a suficiência de apoios institucionais à melhoria das condições de trabalho dos professores, em comparação com os apoios existentes em outras carreiras. O trabalho revela o perfil socioeconômico que a Matemática tem atraído, bem como identifica a ausência de apoios institucionais à carreira docente, sugerindo a discussão sobre a criação de ordem ou conselho profissional.

Palavras chave: Licenciatura em Matemática, perfil de alunos, carreira docente, conselho profissional.

1. Introdução

Em março de 2013, dois meses após o início das aulas em instituições particulares de engenharia no Rio de Janeiro, alunos promoveram um protesto devido à falta de professores de cálculo e física (SANTIAGO, 2013). O que é realidade para o ensino básico adentra a privilegiada cena do ensino superior. Como podemos compreender o problema, dentro de uma análise mais geral sobre a formação de professores e a carreira docente?

De acordo com Ristoff (2012), o Brasil enfrenta hoje uma tríplice crise quanto à formação de professores, de natureza quantitativa, qualitativa e sistêmica. A crise de *quantidade* repercute em vários aspectos. Destacamos alguns: ela revela-se em todas as disciplinas da educação básica, na medida em que não há uma única disciplina em que o

número de professores com formação específica - por exemplo, professor de Matemática formado em Matemática - seja igual ou superior à demanda. No Ensino Fundamental atua o maior percentual de professores sem a formação exigida por lei - cerca de 60% – onde são encontrados, assim, os principais desafios das políticas para a educação básica. (UNICEF, 2012)

A *qualidade* da formação apurada em exames nacionais, por sua vez, revela-se insuficiente, haja vista os resultados nos exames nacionais como o ENADE. Os cursos de formação de professores têm atraído poucos estudantes e não conseguem oferecer uma sólida formação aos mesmos (RISTOFF, 2012). Com relação à crise *sistêmica*, os dados do Censo da Educação Superior de 2010 revelam que, embora o número de concluintes bacharéis e tecnólogos tenha crescido nos últimos anos, o mesmo não ocorreu com os licenciados. Essa tendência dificilmente modificará, a menos que ações mais focadas sejam empreendidas pelo Governo Federal em sintonia com os Estados e Municípios. Até agora, as ações federais desenvolvidas têm esbarrado em resistências: o piso salarial é contestado por quem contrata, nomeia e paga os salários (Estados e Municípios); o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) oferece grande número de vagas aos professores da rede pública e poucas delas são preenchidas, pois Estados e Municípios resistem em liberar os seus professores para estudar, vez que isso significaria mais contratações e mais despesas; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)¹, que investe em oportunidades de estágio remunerado aos licenciandos, depara-se com gestores que consideram o estágio um transtorno no funcionamento das escolas, com secretários de educação que não desejam proximidade com as universidades e com licenciaturas que muitas vezes dão as costas à escola. (RISTOFF, 2012)

A fala de uma aluna em pesquisa sobre atratividade da carreira docente, sintetiza bastante bem o dilema:

Hoje em dia, quase ninguém quer ser professor. Nossos pais não querem que nós sejamos professores, mas eles querem que existam bons professores. Mas como é que vão existir bons professores se meu pai não quer, o dela não quer, não quer...? Como é que vai ter professor? (aluna Cláudia apud TARTUCE et al, 2010)

Como forma de equacionar esses problemas, Gatti (2012) enuncia uma série de sugestões e considerações. Dentre elas:

¹ Decretos 6755/2009 e 7219/2010, respectivamente.

- 1) pesquisas e estudos sinalizam fortemente que as estruturas formativas de professores no Brasil são arcaicas e superadas e necessitam sofrer mudanças radicais em função da dinâmica social do século 21; é preciso considerar a mudança nas características socioculturais dos que buscam as licenciaturas, gerando ações institucionais que permitam favorecimentos formativos a esses estudantes e apoios aos formadores de professores;
- 2) utilizar mais e melhor o conhecimento e a reflexão sobre as condições de trabalho dos professores, suas motivações, dificuldades, crises e mobilizações possíveis, considerando que esse conhecimento pode sustentar boas políticas de formação e de ação e práticas de gestão.

Este trabalho busca contribuir para o aprofundamento dessas questões, enfatizando dois aspectos levantados pela autora, que julgamos conectados entre si: a formação de professores na perspectiva do perfil socioeconômico de estudantes de Licenciatura e a questão da carreira. Para o exame do primeiro aspecto, procederemos a uma caracterização socioeconômica desses estudantes, por meio de dados nacionais e institucionais. Para discutir o segundo aspecto estabeleceremos, inicialmente, uma discussão sobre o fenômeno da profissionalização e da hierarquia de carreiras em nosso país. Finalmente, convergiremos essas discussões para uma reflexão sobre a suficiência de apoios institucionais à melhoria das condições de trabalho dos professores, em comparação com os apoios existentes em outras carreiras. Essas questões serão abordadas articuladamente, tendo em vista a reciprocidade entre fatores da formação docente e da carreira docente.

2. Perfil socioeconômico do estudante, carreira e destino profissional

Entendemos que seria relevante examinar a problemática da formação docente na perspectiva das carreiras. Nogueira (2005, p.11) expõe as várias facetas da escolha de carreiras nas trajetórias escolares: “[...] a escolha de um curso superior pode ser descrita como resultado de um conjunto de percepções (crenças e valores explicitamente formulados ou tacitamente assumidos como conhecimento prático) que o indivíduo sustenta em relação a si mesmo e ao ambiente de ação”. A correlação entre o “lugar social” e a percepção individual embasa o fenômeno da auto-seleção na escolha do curso superior, articulando as dimensões objetiva e subjetiva da realidade.

Para enfrentar essa problemática, indagamos: em termos socioeconômicos e culturais, que tipo de perfil o magistério tem atraído? Para responder essa questão, selecionamos para estudo o curso de Matemática, na qualidade de curso que forma professores de uma das principais disciplinas na formação básica. Para conhecer aquele perfil, utilizamos os microdados do Exame Nacional de Cursos (“Provão”) e do ENADE², ambos exames nacionais de avaliação dos estudantes de nível superior, entre 2000 e 2008, os anos mais recentes de realização e publicização dos resultados.

Esses exames são realizados em conjunto com a aplicação de um questionário socioeconômico e cultural. Selecionamos, deste questionário, alguns indicadores que a literatura mais frequentemente aponta como vantajosos no processo de escolarização: titulação dos pais, situação de trabalho, origem do ensino médio e cor (FORACCHI, 1977, MARTINS, 2006, SCHWARTZMAN, 2000). A comparação do comportamento destes indicadores em Matemática com todos os outros cursos que fizeram os exames naqueles anos, denominados “Geral”³, passou, então, a balizar o estudo.

Apresentamos a evolução de alguns destes indicadores na Tabela seguinte.

Tabela 1 – Variáveis socioculturais, por carreira e Geral – 2000-2008 -Brasil

ANOS	Grupos/Carreiras	Branco	Nível superior		Não trabalha	Ensino Médio
			Pai	Mãe		Privado
2000	Geral	80.17	30.13	24.34	31.64	43.18
	Matemática	73.19	8.39	8.90	18.77	18.63
2001	Geral	77.48	26.74	22.68	30.55	39.69
	Matemática	67.10	8.13	9.30	17.43	20.03
2002	Geral	76.10	24.55	21.49	28.48	35.18
	Matemática	64.37	7.68	9.40	18.41	17.70

² Disponibilizados pelo INEP em CD-ROM ou em *download*. Os dados foram trabalhados no programa SPSS. Embora o ENADE seja aplicado a ingressantes e concluintes, trabalhamos apenas com as informações de concluintes, para uniformizar com os dados disponíveis no Provão, aplicado apenas a concluintes.

³ Em 2000 a categoria “Geral” agrupava os seguintes cursos: Administração, Agronomia, Biologia, Comunicação Social, Direito, Economia, Engenharias, Física, Letras, *Matemática*, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Química. Em 2001, todos estes mais Farmácia e Pedagogia. Em 2002, a estes foram acrescidos Arquitetura, Ciências Contábeis, Enfermagem e História. E em 2003, os anteriores mais Fonoaudiologia e Geografia. Em 2004, Português e Matemática não foram avaliados e em 2005 e 2008 foram avaliados juntamente com Arquitetura, Ciência da Computação, Biologia, Ciências Sociais, Engenharia, Filosofia, Física, Geografia, História, Pedagogia e Química.

2003	Geral	72.68	24.05	21.95	28.27	35.03
	Matemática	61.91	7.91	9.92	19.60	17.94
2005	Geral	70,19	22,29	21,40	25,98	32,89
	Matemática	64,32	9,10	10,88	15,91	15,22
2008	Geral	68,90	21,56	21,16	24,15	32,64
	Matemática	56,88	6,78	11,22	14,11	13,87

Fonte: Microdados Provão e ENADE (elaborado pela autora)

Como se observa, os estudantes de Matemática são mais desfavorecidos socioeconomicamente que os do grupo “Geral”. Vale dizer: há *menos* brancos, filhos de pais com nível superior, egressos do ensino médio privado, não trabalhadores, solteiros, com renda familiar elevada – que no grupo “Geral”. Além disso, devemos considerar que em cada ano um grupo de carreiras participou dos testes. Até 2003, Matemática esteve inserida num grupo mais heterogêneo e elitizado, o que explica o maior distanciamento entre seus perfis socioculturais e o grupo geral. Em 2005 e 2008, o conjunto de disciplinas avaliado não incluía cursos como Medicina e Direito, por exemplo, o que produziu um decréscimo no perfil geral e conseqüentemente, uma maior aproximação entre Matemática e o mesmo.

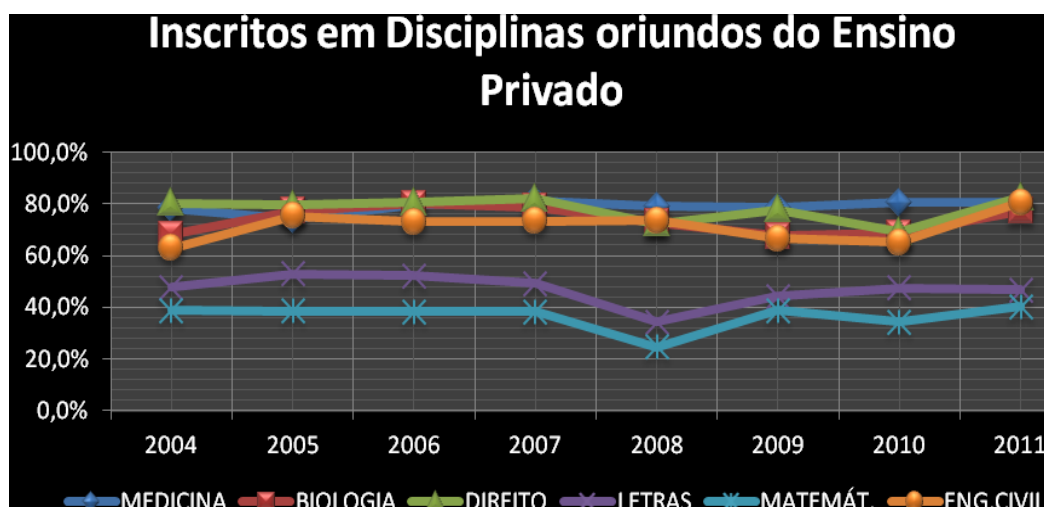
Num segundo momento atentamos para a evolução dos dados no tempo. Observamos um padrão de estabilidade ao longo dos anos em todos os indicadores, não refletindo, portanto, em modificação do perfil socioeconômico dos cursos. Importante salientar que os anos destacados para estudo correspondem a um momento de expansão no ensino superior, com um grande aumento de matrículas, o que poderia ter modificado o perfil socioeconômico dos graduandos destes cursos.

Como forma de controle, examinamos essa situação numa instituição que pudesse, talvez, exibir resultados contrastantes, posto que representante da elite do ensino superior: uma instituição pública federal, a Universidade Federal Fluminense. Analisamos os mesmos dados socioeconômicos para ingressantes em Matemática, mas desta vez comparados diretamente a outros dois cursos na área de Licenciatura – Letras e Biologia, e a outros três cursos considerados de alto prestígio social: Medicina, Direito e Engenharia. Essa opção justifica-se a fim de comparar algumas perspectivas: a) carreiras quanto a prestígio ou seletividade, b) nacional com a institucional, b) temporal tomando alunos em

dois momentos do curso - conclusão e início - e duas séries históricas concomitantes e não concomitantes: 2000 a 2008 e 2004 a 2011.

Em síntese, em todas as variáveis institucionais examinadas o cenário se repetiu ao nacional, ficando os alunos do curso de Matemática pior posicionados que os demais. Ilustramos o que encontramos com o dado de ensino médio cursado na rede privada, uma medida que indica favorecimento escolar:

Gráfico 1 – ENSINO MÉDIO EM INSTITUIÇÃO PRIVADA - INGRESSANTES UFF



Fonte: dados COSEAC/UFF – elaboração da pesquisadora

Portanto, o que salta à vista é a impregnação da condição socioeconômica na distribuição dos cursos e suas clientela. Acorrem às carreiras de magistério alunos com perfil socioeconômico desfavorecido se comparado ao de outras carreiras (VARGAS, 2008). Poderíamos indagar: que poder de barganha esses estudantes mais vulneráveis têm hoje quanto a sua formação? E qual seria a posição das faculdades de formação de professores, no conjunto das demais faculdades no sistema de ensino superior?

Infelizmente, o que se pode dizer é que no interior das instituições de ensino superior, esses cursos são igualmente desprestigiados. Comparando-se as instalações físicas, o número de docentes por aluno, os turnos em que os cursos são oferecidos, os recursos para pesquisa – verificam-se distâncias hierárquicas entre as várias escolas dentro das instituições de ensino superior. Resta-nos antecipar uma preocupação, correlacionando perfil socioeconômico a carreiras: que posição num campo de forças profissional ocupariam tais futuros docentes, na disputa por condições que garantam respeitabilidade e

bons retornos às suas carreiras? Que desdobramentos para o trabalho docente se podem antever a partir dessa posição relativa da carreira docente no quadro geral de carreiras?

3. Ensino superior na sociedade brasileira: profissionalização, hierarquia de carreiras e apoios institucionais à carreira docente

A abordagem da temática das profissões se torna tão mais relevante quanto a sociedade moderna tem se mostrado uma sociedade profissionalizada. Na expressiva síntese de Barbosa (2007): “o profissionalismo pode ser considerado a forma moderna de organizar as desigualdades sociais”.

No Brasil, objetivamente, podemos mesmo falar de um Estado constituído por grupos profissionais. Para além do prestígio universal e perene dos médicos, a constituição e a sustentação mesma do Estado pode ser associada ao apoio dos dois outros grupos: os bacharéis no Brasil colônia, os engenheiros imprescindíveis aos movimentos de industrialização e novamente os advogados na transição do terceiro milênio, dentro do fenômeno da judicialização das relações sociais (BARBOSA, 2003 e 2007).

Quanto à educação, os efeitos sociais desse desprestígio têm sido bem observados no Brasil atual: a carência de quase 250 000 docentes nas escolas públicas brasileiras, levando em conta as necessidades do segundo ciclo do ensino fundamental e médio em Física, Química, Biologia e Matemática (REHDER, 2007). Entretanto, não se pode dizer que estes docentes inexistam: estudo do MEC mostra que com exceção das áreas de Física e Química, existem mais licenciados do que a demanda para dar aulas em todas as salas carentes. Ou seja: há formados em Licenciatura para suprir a demanda, mas eles optam por outros empregos (CAFARDO, 2007).

Do conjunto das mazelas da carreira, destacamos ainda duas outras: os diferenciais nos planos de carreiras não mostram a possibilidade real de professores “subirem na carreira” sem deixarem a sala de aula. Esta situação desmotiva bons candidatos a professores e também bons professores, que se sentem desvalorizados e acabam por procurar funções fora da sala de aula para obter promoção significativa, alimentando a representação de que ficar na sala de aula não rende bons resultados financeiros e sociais (GATTI, 2012). O segundo ponto enfatizado é sobre o ingresso na carreira. O concurso para a carreira de magistério no setor público é obrigatório pela legislação brasileira⁴. No

⁴ Art. 206; V da Constituição da República Federativa do Brasil: valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com *ingresso exclusivamente por concurso público de*

entanto, muitas vezes esses concursos ou não são realizados, contratando-se professores em condição transitória, ou deixam muito a desejar em sua concepção e execução, o que os torna insuficientes para verificação de qualificação profissional mínima⁵.

Dados todos esses elementos de fragilização da carreira docente, passamos a discutir agora, sobre a pertinência ou não da presença de um conselho ou ordem para a carreira docente. Embora haja suportes de natureza profissional à carreira docente como os sindicatos e associações científicas, não possuímos instituições equivalentes a conselho ou ordem, à semelhança do que ocorre nas carreiras imperiais. Mediante todo o quadro de vulnerabilidade da profissão docente aqui relatado, entendemos ser necessário fomentar o debate sobre a pertinência de tais entidades.

Inicialmente diferenciaremos, com apoio em Veiga (2006), as instituições sindicatos e conselhos científicos e acadêmicos; de conselhos e ordens.

No que tange às funções dos *sindicatos*, enfatiza-se o caráter específico de órgãos que lutam pela conquista e manutenção dos direitos de seus membros e as finalidades sociais e ideológicas da educação. As *associações científicas ou acadêmicas* são entidades que defendem a educação enquanto um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades da população (ANFOPE, 2009). Contribuem para o aperfeiçoamento e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de educação (ANPEd, 2009). São órgãos civis, sem fins lucrativos e independentes em relação ao Estado, com objetivos de caráter social, profissional, sócio-cultural e acadêmico-científico de estudos, pesquisa, extensão e cooperação (ANPAE, 2010).

Já os *conselhos ou ordens profissionais* são órgãos com personalidade jurídica de direito público com função básica de disciplinar e defender a profissionalização do magistério em distintas fases: preventiva ou educacional sobre a importância da qualificação profissional para o exercício do magistério e acompanhamento e verificação da qualidade das práticas profissionais. Trata-se de entidades políticas de inserção,

provas e títulos, aos das redes públicas (itálico nosso).

⁵ Santos (2012) ilustra essa problemática, com uma situação ocorrida no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde houve concurso público para professores em 2008. Tal concurso foi homologado em fevereiro de 2009, e seu edital permitia a prorrogação por mais 2 anos. Entretanto, a Prefeitura optou por abrir processo seletivo por contratação no ano de 2010, logo no mês de janeiro, com o concurso ainda válido, portanto. As vagas abertas para o processo seletivo eram para cargos que possuíam candidatos aprovados no concurso de 2008. Legalmente, a Prefeitura estaria correta, pois a obrigatoriedade da prorrogação do prazo de validade do concurso não existia, uma vez que o concurso expiraria, então em 2011 (dois anos após o resultado final homologado), e muitos candidatos aprovados sentiram-se prejudicados, pois estavam no aguardo de sua convocação.

participação, sugestão e até encaminhamento aos órgãos competentes, de projetos de interesse da sociedade em relação às políticas públicas de educação. Para além de um arcabouço jurídico e institucional do setor da educação, o conselho ou ordem permeia a vida social e profissional, objetivando garantir: o compromisso com a qualidade dos serviços educacionais prestados à população; o zelo pela conduta ética dos profissionais; a luta por uma sociedade justa dentro de um país de interesses contraditórios.

Destacamos alguns argumentos pró e contra a constituição de conselho ou ordem para o setor da educação:

Favoráveis:

- a) proteção dos interesses do público: seu usuário;
- b) mecanismos e dispositivos do sistema educativo não seriam suficientes para assegurar a profissionalização do magistério. A verdadeira proteção ao público e à qualidade da educação seria assegurada pela presença atuante da entidade profissional;
- c) o conselho ou ordem tem uma função complementar e sua existência seria perfeitamente compatível com o sindicalismo e
- d) necessidade de controlar o exercício da profissão nas fases preventiva, de acompanhamento e verificação da qualidade das práticas.

Desfavoráveis:

- a) o conselho ou ordem profissional duplicaria a instituição sindical ao assumir também a proteção do público e a qualidade da educação. Sob esta ótica instala-se um corporativismo profissional estreito e fechado, uma vez que o conselho ou a ordem passa a legitimar o saber-fazer dos professores que estariam mergulhados em dois tipos de corporativismo: o sindical e o profissional;
- b) a profissionalização do magistério é possível sem um conselho ou ordem profissional e que esta é inútil. Uma nova entidade representaria uma nova estrutura, uma instância suplementar de controle, exterior aos processos e institucionalmente afastada de seus atores. É destinada a vigiar e punir todo o desvio às normas e regulamentos cooperativamente assumidos e
- c) a questão da ética profissional surge associada à questão da existência de códigos, que por sua vez conduz à criação do conselho ou ordem, vista como entidade fiscalizadora.

Entendemos que, nesse balanço, os argumentos favoráveis sobrepujam os desfavoráveis. À exceção do alerta contra o duplo corporativismo, a preocupação com o controle e a fiscalização não nos parece razoável, até mesmo tendo em vista a prática das

organizações aqui mencionadas. Tendo em vista a problemática da formação de professores no nosso país, aqui melhor ilustrada com as considerações sobre o perfil socioeconômico dos licenciandos em Matemática - é que podemos indagar se o conceito de conselho ou ordem não seria indicado para intervir nestes aspectos, que sem dúvida retroalimentam o círculo vicioso da precariedade da profissão.

4. Considerações finais

Ao baixo prestígio social e à baixa remuneração da carreira docente, desamparada em termos de corporações que possam fortalecê-las, corresponde a degradação nas condições de oferta e trabalho docente de atuais e futuros professores, dentro e fora dos cursos que os formam.

A desigualdade entre essas condições e a de outras carreiras é gritante e se prolonga no tempo. Muitos dos problemas experimentados no cotidiano da formação e prática docente - desmotivação, carência de recursos materiais e acadêmicos para levar a bom termo uma formação, baixo poder de barganha político - encontram sua origem nesse terreno.

Enquanto isso, os cursos de formação de professores vêm assumindo cada vez mais uma posição periférica no espectro das graduações no Brasil. Além disso, nenhuma instituição se ocupa das questões éticas da profissão, deixando-o nitidamente à deriva nesse aspecto. O desprestígio da carreira não representa, dessa forma, nada mais que o resultado previsível dessa extensa lista de negligências e hesitações. Nada mais incoerente em se tratando de uma profissão com tal impacto social. Certo é que estas fragilidades não serão superadas senão através da *revalorização da carreira docente* nos níveis político, simbólico, salarial e, destacamos aqui, no nível profissional.

Ristoff, concluindo seus comentários sobre a tríplice crise na educação, aduz: “ou o Brasil resolve sua crise sistêmica e passa a integrar de fato todos os seus agentes em torno de relações menos frouxas e ações menos erráticas, ou a situação da formação de professores continuará a piorar” (2012, p.33).

Com este trabalho, pretendemos ter contribuído para sustentar uma possibilidade de apoio à carreira docente que tem sido silenciada: a criação de ordem ou conselho profissional, que, no nosso ponto de vista, cumpriria o importante papel de mediador da qualidade da formação e de fiscalizador ético das práticas profissionais, numa sociedade que é tipicamente profissionalizada. Acreditamos que tal ação contribuiria, ademais, para

melhor situar a carreira docente no campo das profissões no país, dada sua posição atual de indesejada e injusta subalternidade. Do contrário, manifestações - de alunos e outros agentes da sociedade - contra a ausência de professores tenderão a aumentar no país, e talvez isso seja um bom começo para a ruptura do círculo vicioso instaurado entre nós.

5. Referências

ANFOPE – *Estatuto da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação*. 2009. Disponível em <http://anfope.spaceblog.com.br/551579/Estatuto-Anfope/>. Acesso em 28 nov. 2011.

ANPAE. *Estatuto Social da ANPAE*. 2010. Disponível em <http://www.anpae.org.br/website/arquivos?task=finish&cid=2&catid=2>. Acesso em 28 nov. 2011.

ANPED. *Estatuto*. 2009. Disponível em http://www.anped.org.br/docs/documentos/estatuto_atualizado.pdf. Acesso em 28 nov. 2011.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. As profissões no Brasil e sua sociologia. In: *Dados*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003.

_____. Participação na mesa redonda “Profissões nas sociedades em transição”. 31º *Encontro anual da ANPOCS*. Caxambu-MG, 2007.

CAFARDO, Renata. Falta quem queira ser professor. *O Estado de São Paulo*, 15 out. 2007, p. A16.

REHDER, Maria. Faltam 246 mil docentes no nível médio. *O Estado de São Paulo*, 3 jul. 2007, p. A15.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 23 ago. 2008.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na Rbep entre 1998 e 2011. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 423-442, maio/ago. 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 1001-1020, out. 2006.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Desafios teóricos na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: a escolha do curso superior. 29º *Encontro anual da ANPOCS*. Caxambu, 2005.

RISTOFF, Dilvo. *A tríplice crise da formação de professores*. Opinião N4. Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. 2012. Available at <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=84034>. Access on 21 Sep. 2012.

SANTIAGO, Renan. Alunos de universidade em Niterói realizam apitação para protestar contra a falta de professores. Disponível em <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/alunos-de-universidade-particular-de-niteroi-realizam-apitaco-para-protestar>. 2013. Acesso em 15 de março de 2013.

SANTOS, Mariana Pimentel. *Sindicalismo docente: o caso do Sepe Rio Bonito – RJ*. Monografia. Pedagogia FEUFF, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução silenciosa do ensino superior*. 2000. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/nupes2000.pdf>. Acesso em 23 jan. 2007.

TARTUCE, G. L. B. P., NUNES M. M. R., ALMEIDA P. C. A. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* vol.40 no.140. São Paulo maio/ago. 2010.

UNICEF. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.

VARGAS, Hustana Maria. *Represando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior*. Tese de Doutorado (2008). PUC-Rio.

VEIGA, Ilma P. A. *Profissionalização docente*. II Colóquio Formação de Educadores, Salvador, UNEB, 15-17 maio/2006.